



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM-COFIS**

Av. Carlos Gomes, 1645 - Bairro São Cristóvão - CEP 76804085 - Porto Velho - RO -
<https://ipam.portovelho.ro.gov.br>

Ata de Reunião de Conselho Nº 7 - IPAM-COFIS

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DE 2026

(ASSISTÊNCIA)

Considerações Gerais

Pauta: a) Apresentação dos **DEMONSTRATIVOS DE RECEITA E DESPESAS** referente ao mês de **abril/2026**; c) Assuntos Gerais.

Local: Sala do Conselho Municipal de Previdência (IPAM).

Data: 19/05/2026 **Início:** 13:00h

Participantes: **Francisco Roberto Paula de França** (Presidente do COFIS – Conselheiro Eleito), **Rita Ferreira Lima** (Suplente - Representante do Executivo); **Onildo Pires Araújo** (Representante do Executivo) e **Maria Betânia Basílio de Souza** (Conselheira Eleita).

Antes do início da análise técnica dos demonstrativos, os Conselheiros realizaram manifestações de reconhecimento e agradecimento mútuo em razão da possível conclusão do mandato atual do Conselho Fiscal, ressaltando o aprendizado adquirido ao longo da gestão, o fortalecimento institucional do Conselho e a importância da continuidade dos trabalhos desenvolvidos. Foi destacado que o Conselho Fiscal ainda se encontra em processo de consolidação institucional, sendo a atual, a primeira composição do colegiado, circunstância que exigiu esforço conjunto, dedicação e constante aprendizado dos membros.

Os Conselheiros enfatizaram a responsabilidade inerente ao exercício da função fiscalizatória, especialmente diante da necessidade de zelo com a coisa pública, transparência e compromisso com os servidores municipais. Durante as manifestações, foi ressaltado que o trabalho desenvolvido no âmbito do COFIS contribuiu significativamente para o fortalecimento do IPAM e para a ampliação do conhecimento técnico dos próprios conselheiros, inclusive motivando alguns membros a buscarem aperfeiçoamento acadêmico na área de gestão pública e previdenciária.

Também foram registradas manifestações de reconhecimento à atuação técnica e ética dos membros do Conselho, destacando-se o comprometimento, a responsabilidade, a seriedade e o empenho demonstrados durante o mandato. Os Conselheiros ressaltaram ainda a importância de ampliar o diálogo com os servidores municipais, visando fortalecer a compreensão da categoria acerca das atividades desenvolvidas pelo Conselho e da gestão previdenciária e assistencial.

Na sequência, passou-se à análise dos demonstrativos financeiros, iniciando-se pelo Fundo Financeiro. A Conselheira Rita informou que, no mês de abril de 2026, a arrecadação total do Fundo Financeiro atingiu o montante de R\$ 22.301.000,00 (vinte e dois milhões, trezentos e um mil reais), registrando média mensal de arrecadação no valor de R\$ 21.319.000,00 (vinte e um milhões, trezentos e dezenove mil reais).

Foi detalhado que, da arrecadação total do período, R\$ 7.432.000,00 referem-se às contribuições dos servidores, aproximadamente R\$ 1.500.000,00 aos rendimentos financeiros, R\$ 19.000,00 à compensação previdenciária e R\$ 7.612.000,00 à

contribuição patronal. Informou-se ainda que o valor arrecadado com parcelamentos atingiu R\$ 2.054.000,00, destacando-se que os parcelamentos da Prefeitura e da Câmara Municipal vêm sendo regularmente quitados.

Durante a discussão, foi esclarecido que houve correção na classificação contábil referente às multas dos parcelamentos, passando tais receitas a serem corretamente contabilizadas como receitas intraorçamentárias. Também foi mencionado o parcelamento relacionado à Lei nº 835/2021, bem como a regularidade dos repasses efetuados pelo Município.

A Conselheira Rita esclareceu ainda que as chamadas “outras receitas correntes”, provenientes dos repasses relacionados ao recurso hídrico e ao imposto de renda incidente sobre a folha dos inativos, totalizaram aproximadamente R\$ 3.600.000,00 no período analisado.

Em continuidade, foi apresentada a planilha comparativa entre os valores esperados de arrecadação e os efetivamente recebidos. Segundo os dados apresentados, esperava-se arrecadar R\$ 7.343.000,00 referentes à contribuição dos servidores e R\$ 7.525.000,00 relativos à contribuição patronal, totalizando R\$ 14.868.000,00. Após análise comparativa, verificou-se que não houve inconsistências relevantes, constatando-se que os valores vêm sendo regularmente arrecadados dentro da competência mensal.

Na sequência, passou-se à análise do Fundo Capitalizado. Foi informado que a arrecadação total do fundo no mês de abril alcançou R\$ 1.947.000,00, sendo composta por R\$ 727.700,00 de contribuição dos servidores, aproximadamente R\$ 124.000,00 de rendimentos financeiros, R\$ 417.000,00 de compensação previdenciária e R\$ 677.000,00 de contribuição patronal.

A Conselheira Rita explicou que o Fundo Capitalizado apresenta maior variação mensal em razão do comportamento dos rendimentos financeiros, ressaltando que o referido fundo contempla apenas os servidores que ingressaram no Município após a segregação de massa que vinculam a este fundo os servidores que ingressaram nos Poderes Executivo e Legislativo, através de concursos públicos a partir de 13/11/2019.

Em relação às contribuições previdenciárias vinculadas à folha de pagamento, informou-se que eram esperados R\$ 714.000,00 de contribuição dos servidores e R\$ 664.000,00 de contribuição patronal, totalizando R\$ 1.379.000,00. Após confrontação dos dados, constatou-se que os valores vêm sendo arrecadados regularmente, sem registros de inadimplência relevante até o mês de abril de 2026.

Prosseguindo, iniciou-se a análise da arrecadação da Assistência Médica. Foi informado que a arrecadação total no mês de abril atingiu R\$ 8.509.000,00, sendo a média mensal de arrecadação no exercício de R\$ 8.667.000,00.

A composição da arrecadação da assistência foi detalhada da seguinte forma: R\$ 4.152.000,00 provenientes da contribuição dos servidores, R\$ 129.000,00 relativos a rendimentos financeiros, R\$ 1.401.000,00 referentes ao elemento moderador e R\$ 2.825.000,00 oriundos da contribuição patronal.

Os Conselheiros destacaram positivamente a evolução dos rendimentos financeiros da assistência médica, considerando que anteriormente os valores eram significativamente inferiores. Sendo que o valor arrecadado de rendimentos até abril, supera o total previsto para 2026. Também foi analisado o comparativo entre os valores das contribuições vinculadas à folha previstos e os efetivamente arrecadados, sendo constatado que a diferença acumulada até o mês de abril era de aproximadamente R\$ 10.000,00, considerada irrelevante diante do volume arrecadado, demonstrando regularidade nos repasses realizados pelas unidades gestoras.

Na sequência, passou-se à análise das despesas dos fundos previdenciários e administrativos. Em relação ao Fundo Financeiro, foi informado que a média mensal da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas corresponde a R\$ 12.846.000,00, enquanto a arrecadação média mensal alcança R\$ 21.319.000,00, demonstrando superávit aproximado de R\$ 9.000.000,00 mensais.

Quanto ao Fundo Capitalizado, registrou-se média mensal de despesa com folha no valor de R\$ 7.484.000,00, enquanto a arrecadação média mensal corresponde a aproximadamente R\$ 7.011.000,00, sendo destacado que o equilíbrio financeiro vem sendo mantido principalmente em razão dos rendimentos das aplicações financeiras do fundo.

Em relação ao Fundo Administrativo, foi informado que a média mensal de despesas corresponde a R\$ 1.389.000,00, abrangendo despesas com pessoal ativo, encargos, prestadores de serviço, consultorias, contratos administrativos, material de consumo, locações e demais custos necessários à manutenção do IPAM Previdência.

Os Conselheiros esclareceram dúvidas acerca da composição das despesas administrativas, sendo confirmado que os gastos englobam servidores ativos, contratos terceirizados, material de informática, serviços administrativos, encargos e demais despesas operacionais do Instituto.

No tocante à Assistência Médica, foi informado que a média mensal de despesas corresponde a R\$ 6.852.000,00, frente a uma arrecadação média superior a R\$ 8.000.000,00. Foi destacado que, no mês de abril, houve pagamento de R\$ 3.512.000,00 referentes às despesas médicas do exercício corrente e apenas R\$ 194.000,00 relativos a despesas de exercícios anteriores, demonstrando priorização da gestão no pagamento das despesas do exercício vigente no mês de abril.

Durante as análises, os Conselheiros ressaltaram a importância de acompanhar continuamente o comportamento das despesas médicas, especialmente quanto aos pagamentos de exercícios anteriores, considerando os impactos financeiros sobre a assistência médica.

Também foi analisada a arrecadação do Fundo Administrativo, cuja média mensal corresponde a aproximadamente R\$ 2.490.000,00, valor superior à média das despesas administrativas, que em média totalizam R\$ 1.389.000,00, fator que vem contribuindo para o acúmulo de recursos financeiros no referido fundo. Nesse contexto, foi mencionada a possibilidade futura de o Conselho sugerir sobre eventual reversão parcial desses recursos aos demais fundos do Instituto.

Em seguida, foi apresentada a planilha referente ao quadro de pessoal do IPAM Previdência e Assistência. Durante a análise, identificou-se inconsistência em fórmula da planilha, a qual realizava somatório indevido das informações. Após correção verbal durante a reunião, ficou esclarecido que o IPAM possui atualmente 105 servidores ativos, sendo 69 vinculados à Previdência e 36 à Assistência.

Foi informado que o custo da folha de pagamento do IPAM Previdência, referente ao mês de abril, alcançou aproximadamente o montante de R\$ 1.021.000,00 (um milhão e vinte e um mil reais), enquanto a folha da Assistência apresentou custo de cerca de R\$ 267.600,00 (duzentos e sessenta e sete mil e seiscentos reais), totalizando despesa aproximada de R\$ 1.289.000,00 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil reais) com os servidores ativos do Instituto.

Ao final, destacou-se que a despesa total com a folha de pagamento do IPAM representa aproximadamente 0,22% da Receita Corrente Líquida do Município de Porto Velho, percentual considerado reduzido em relação ao orçamento municipal, demonstrando equilíbrio e proporcionalidade nos gastos administrativos da Autarquia.

Objetivos Tratados

A reunião teve como objetivos:

- Análise dos demonstrativos financeiros e contábeis da Assistência, Previdência e Fundo Administrativo referentes ao mês de abril de 2026;
- Verificação da regularidade das arrecadações e repasses previdenciários;
- Avaliação das despesas dos fundos previdenciário, administrativo e assistencial;
- Análise do comportamento das despesas médicas e pagamentos de exercícios anteriores;
- Avaliação do quadro de pessoal e dos custos administrativos do IPAM;
- Registro de manifestações institucionais dos Conselheiros acerca do encerramento do mandato e continuidade dos trabalhos do COFIS.

Síntese dos Assuntos Tratados

- Regularidade das arrecadações do Fundo Financeiro, Fundo Capitalizado e Assistência;
- Situação dos parcelamentos previdenciários da Prefeitura e Câmara Municipal;
- Evolução das receitas da assistência médica;
- Comparativo entre arrecadação e despesas dos fundos;

- Equilíbrio financeiro do Fundo Financeiro e do Fundo Capitalizado;
- Custos administrativos do IPAM;
- Pagamentos de despesas médicas do exercício corrente e de exercícios anteriores;
- Sugestão de criação de planilha-resumo consolidando arrecadações e despesas;
- Reconhecimento institucional entre os Conselheiros e reflexão sobre o legado da atual gestão do COFIS.

Deliberações e Providências

- Registrar em ata a regularidade dos repasses previdenciários e assistenciais até abril de 2026;
- Avaliar a implementação de planilha-resumo consolidada contendo arrecadações, despesas e saldos dos fundos, visando facilitar a visualização das informações;
- Manter o acompanhamento contínuo das despesas médicas, especialmente quanto aos pagamentos de exercícios anteriores;
- Dar continuidade às análises periódicas dos demonstrativos financeiros e administrativos do IPAM.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, ficando consignados os agradecimentos entre os membros do Conselho Fiscal pelo período de convivência, aprendizado e contribuição institucional ao IPAM. Foi ressaltada a importância da continuidade dos trabalhos de fiscalização, transparência e zelo com os recursos públicos, desejando-se êxito aos atuais e futuros membros do Conselho.

Porto Velho/RO, 19 de maio de 2026.

Francisco Roberto Paula França

Presidente do COFIS

Rita Ferreira Lima

Suplente - Representante do Executivo

Maria Betânia Basílio de Souza

Representante Eleita

Onildo Pires Araújo

Representante do Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Onildo Pires Araújo, Conselheiro(a)**, em 02/06/2026, às 14:50, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Roberto Paula de Franca, Conselheiro(a)**, em 02/06/2026, às 19:40, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Rita Ferreira Lima, Conselheiro(a)**, em 03/06/2026, às 12:18, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Betânia Basílio de Souza, Conselheiro(a)**, em 03/06/2026, às 13:17, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0999747** e o código CRC **B2DB083D**.



011.001481/2026-99

0999747v3